CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO Nº 53/2020

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Requer informações sobre parcerias públicos privados para o atendimento oftalmológico e odontológico aos alunos da rede pública municipal de educação

Considerando que a saúde é direito fundamental, previsto em nossa constituição em seu artigo 196;

Considerando que a atenção básica da saúde, especialmente das crianças e adolescentes é fundamental para prevenção de males futuros, em sua vida adulta;

Considerando que o atendimento preventivo além de gerar impactos na qualidade de vida e saúde da população é medida que mostra-se viável à Administração Pública, reduzindo a longo prazo o custo no atendimento de seus munícipes;

Considerando que a título de esclarecimento, a medicina preventiva tem se mostrado a melhor alternativa para o atendimento público, visto sua redução de custos com tratamentos;

Considerando que os recursos públicos são escassos e que as parcerias públicos privados, desde que, supervisionadas e fiscalizadas por agentes públicos, podem significar o atendimento da população com nível satisfatório de qualidade a um custo reduzido, respeitando assim o Princípio da Eficiência Administrativa.

REQUEIRO a V. Exa. que, nos termos ao Art. 174 do Regimento Interno, seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando as seguintes informações :

1) Há hoje, algum termo de parceria público privada firmado para atendimento oftalmológico de alunos da rede pública municipal de ensino? Se sim, com qual entidade e qual o número de atendimentos realizados por mês?

2) Há hoje, algum termo de parceria público privada firmado para atendimento odontológico de alunos da rede pública municipal de ensino? Se sim, com qual entidade e qual o número de atendimentos realizados por mês?

3) Caso a resposta a alguma das perguntas anteriores seja negativa, há possibilidade de que sejam firmados termos de parceria público privada nos termos da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004? Se sim, qual o procedimento para a concretização de tais instrumentos? Ainda, qual a previsão para que sejam firmados tais termos?

Sala das Sessões, 07 fevereiro de 2020.

Clodoaldo Santos da Silva
Vereador